

PAULO CESAR CONRADO

Juiz Federal na Terceira Região, titular da 12ª Vara de Execuções Fiscais de São Paulo. Doutor e Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP. Professor nos cursos de especialização e de extensão em Direito Tributário e Processual Tributário da PUC/SP (COGEAE), do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET e da Fundação Getúlio Vargas (Direito SP GV). Coordenador do “Grupo de Estudos em Direito Processual Tributário”, do IBET. Autor de livros e artigos de Direito Processual e Processual Tributário.

EXECUÇÃO FISCAL

2ª edição (revista e ampliada)

De acordo com o Novo CPC

2015

editora e livraria

NOESES

Copyright 2015 By Editora Noeses
Fundador e Editor-chefe: Paulo de Barros Carvalho
Gerente de Produção Editorial: Rosangela Santos
Arte e Diagramação: Renato Castro
Designer de Capa: Aliá3 - Marcos Duarte
Revisão: Vanessa Faulame Andrade

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

2015



editora e livraria

NOESSES

Editora Noeses Ltda.

Tel/fax: 55 11 3666 6055

www.editoranoeses.com.br

17/13/100

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 2.^a EDIÇÃO.....	XIX
APRESENTAÇÃO À 1.^a EDIÇÃO.....	XXI

CAPÍTULO 1

CONCEITOS ESSENCIAIS DE DIREITO

PROCESSUAL

1.1. Jurisdição.....	1
1.2. Ação e tutela jurisdicional.....	2
1.3. Processo.....	2
1.4. Procedimento	3
1.5. Processo e sua classificação: retomada do conceito de <i>tutela jurisdicional</i>	5
1.6. Processo e procedimento: sofisticando a classificação	7
<i>Em suma</i>	11

EXECUÇÃO FISCAL

CAPÍTULO 2

A JURISDIÇÃO NO PLANO EXECUTIVO

2.1. Jurisdição como conceito inclusivo da ideia de execução	13
2.2. Jurisdição executiva <i>versus</i> processo executivo.....	14
2.3. Tutela executiva, sincretismo processual e processo de execução.....	16
2.4. Execução processual (título extrajudicial) e execução sincrética (título judicial): panorama geral dos meios de emissão da tutela executiva.....	18
2.5. Execução fiscal: o meio de constituição do crédito respectivo como elemento definidor de sua natureza processual	19
<i>Em suma</i>	19

CAPÍTULO 3

EXECUÇÃO FISCAL: LINEAMENTOS GERAIS

3.1. Posição sistêmica	23
3.2. Definição	24
3.2.1. O sujeito ativo.....	24
3.2.2. O objeto.....	24
3.2.3. Conjugando os dois elementos	25
3.2.4. O (indiferente) sujeito passivo	26
<i>Em suma</i>	30

PAULO CESAR CONRADO

CAPÍTULO 4

OS SUJEITOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL

4.1. Introdução: o processo e suas dimensões, objetiva e subjetiva	33
4.2. O conceito de <i>parte</i> e seu canal de definição: a petição inicial	34
4.3. O conceito de parte <i>legítima</i> (legitimidade <i>ad causam</i>)	36
4.4. O conceito de <i>parte</i> e de <i>parte legítima</i> no âmbito executivo fiscal	36
4.5. O sujeito ativo – exequente	39
4.5.1. Casos especiais: dívida ativa do INCRA	39
4.5.2. Casos especiais: contribuição ao FGTS	42
4.5.3. Casos especiais: contribuição relativa ao INSS e ao FNDE após a implementação da “Receita Federal do Brasil”	45
4.6. O sujeito passivo – executado	50
4.7. Responsabilidade patrimonial versus responsabilidade tributária e desconsideração da personalidade jurídica.....	59
4.8. O Ministério Público como <i>custos legis</i> na execução fiscal	68
4.8.1. Introdução.....	68
4.8.2. Funções do Ministério Público	68
<i>Em suma</i>	75

EXECUÇÃO FISCAL

CAPÍTULO 5

EXECUTIVO FISCAL E SEU OBJETO

5.1. Introdução: o processo executivo fiscal em sua dimensão objetiva.....	81
5.2. Certidão de Dívida Ativa: como ato administrativo (“espelho” do Termo de Inscrição)	82
5.3. Certidão de Dívida Ativa: competência para sua produção.....	87
5.4. Os créditos alcançados pela expressão <i>dívida ativa</i> .	88
5.5. A Certidão de Dívida Ativa no âmbito tributário	90
5.6. A Certidão de Dívida Ativa como título executivo	93
5.7. As prerrogativas outorgadas ao crédito submetido a execução fiscal.....	97
5.7.1. O art. 2º, parágrafo 8º, da Lei n. 6.830/80.....	97
5.7.2. O art. 26 da Lei n. 6.830/80.....	105
5.7.3. Uma possível crítica às prerrogativas outorgadas à Fazenda Pública.....	108
<i>Em suma</i>	111

CAPÍTULO 6

COMPETÊNCIA

6.1. O inciso I do art. 109 da Constituição Federal como base geral para definição de competência em nível de execução fiscal	113
6.2. Pontos especiais sobre o art. 109, inciso I, da Constituição Federal	115

PAULO CESAR CONRADO

6.2.1. Sociedades de economia mista.....	115
6.2.2. Conselhos profissionais	115
6.2.3. O impacto do art. 114, inciso I (Emenda Constitucional 45/2004) sobre o inciso I do art. 109, ambos da Constituição Federal: o problema das execuções pertinentes a contribuições ao FGTS.....	117
6.2.4. O impacto do art. 114, inciso VII (Emenda Constitucional 45/2004) sobre o inciso I do art. 109, ambos da Constituição Federal: o problema da execução de verba decorrente de penalidade imposta ao empregador por órgão de fiscalização das relações de trabalho	118
6.2.5. Cobrança de contribuições previdenciárias decorrentes de sentença trabalhista.....	120
6.2.6. Execução de ITR.....	125
6.3. O art. 109, inciso II, e o art. 102, inciso I, alínea e, ambos da Constituição Federal, como especial base de definição da competência da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente, para fins de execução fiscal.....	126
6.4. Classificação das competências da Justiça Federal em nível executivo fiscal (segundo o critério que considera a razão que <i>inspirou</i> a Constituição Federal)	129
6.5. Competência federal outorgada à Justiça Estadual ..	129
6.5.1. Modalidades – outorga específica <i>versus</i> outorga genérica	129
6.5.2. Os executivos fiscais no contexto da competência federal outorgada à Justiça Estadual	130

EXECUÇÃO FISCAL

6.5.3. Competência federal outorgada à Justiça Estadual no plano recursal	131
6.6. Modificação de competência e execução fiscal.....	133
6.6.1. Introdução.....	133
6.6.2. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	134
6.6.3. Competência: estática e dinâmica	135
6.6.4. Causas de modificação de competência.....	136
6.6.4.1. Causas <i>gerais</i> e causas <i>específicas</i>	136
6.6.4.2. Inércia do réu	138
6.6.4.3. Conexão e continência	140
6.6.4.4. A “reunião por conveniência” (art. 28 da Lei n. 6.830/80).....	146
<i>Em suma</i>	146

CAPÍTULO 7

PROCEDIMENTO

7.1. Introdução.....	151
7.2. A organização fundamental do rito <i>executivo fiscal</i> ...	152
7.3. As duas fases fundamentais do procedimento executivo fiscal – preparatória da expropriação e propriamente expropriatória: distinção.....	152
7.4. Primeira fase: a preparação da expropriação.....	154
7.4.1. Introdução.....	154
7.4.2. Pressupostos processuais de constituição.....	154

PAULO CESAR CONRADO

7.4.3. Os primeiros atos da fase preparatória: reestruturando (e complementando) o raciocínio ..	156
7.4.4. Os desdobramentos possíveis da fase preparatória	158
7.5. Segunda fase: a expropriação propriamente dita	162
7.5.1. Introdução	162
7.5.2. Atos integrantes da fase expropriatória	162
7.5.2.1. Garantia sob a forma de depósito	163
7.5.2.2. Garantia sob a forma de fiança ou de seguro garantia	164
7.5.2.3. Garantia sob a forma de penhora	164
7.6. Os embargos e seu impacto no ciclo procedimental executivo	167
7.6.1. Os embargos vistos como um elemento intercalar às fases preparatória e expropriatória	167
7.6.2. O problema da aplicação (ou não) das diretrizes procedimentais estabelecidas pela Lei n. 11.382/2006 (e mantidas pelo Código de Processo Civil de 2015)	168
7.6.2.1. Instrumentalidade (<i>a atividade processual não é um fim em si mesma</i>) e “efetividade executiva” como razões detonadoras da reforma do processo de execução	168
7.6.2.2. A supressão da automaticidade do efeito suspensivo nos embargos à execução	169

EXECUÇÃO FISCAL

7.6.2.3. A não-automaticidade do efeito suspensivo nos embargos à execução, a cláusula do devido processo legal e o direito de defesa do executado.....	170
7.6.2.4. Efeito suspensivo nos embargos à execução: compatibilidade das condições legalmente impostas com o regime jurídico geral da cautelaridade	172
7.6.2.5. Aplicabilidade do “novo” regime às execuções fiscais	175
<i>Em suma</i>	187

CAPÍTULO 8

ATOS DE CONSTRICÃO NO PLANO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

8.1. Introdução: definindo penhora	191
8.2. Garantia da execução <i>versus</i> penhora	192
8.3. Depósito.....	193
8.4. Fiança	194
8.5. Seguro garantia.....	197
8.6. Penhora: voltando ao tema.....	206
8.6.1. Ordem de incidência	206
8.6.2. Formas “peculiares” de penhora	211
8.6.2.1. Penhora <i>on line</i>	211
8.6.2.2. Penhora de crédito decorrente de precatório judicial.....	217

PAULO CESAR CONRADO

8.6.2.3. Penhora de faturamento.....	219
8.7. Impenhorabilidade	222
<i>Em suma</i>	225

CAPÍTULO 9

A DEFESA NO PLANO EXECUTIVO FISCAL

9.1. Introdução.....	229
9.2. Embargos à execução.....	230
9.2.1. Natureza jurídica	230
9.2.2. Conteúdo	232
9.2.3. Efeitos do ajuizamento.....	234
9.2.4. Procedimento	235
9.2.5. Efeitos do julgamento dos embargos.....	236
9.2.6. Embargos à execução no âmbito recursal.....	239
9.2.7. Honorários	241
9.3. Exceção de pré-executividade.....	243
9.3.1. Definição e campo de alcance.....	243
9.3.2. Exceção de pré-executividade <i>versus</i> embargos	246
9.3.3. Julgamento e recorribilidade.....	250
9.3.4. Exceção de pré-executividade e cooperação (art. 6º do Código de Processo Civil de 2015).....	251
<i>Em suma</i>	255

EXECUÇÃO FISCAL

CAPÍTULO 10

EXECUÇÃO FISCAL E CAUTELARIDADE

10.1. Tutela cautelar: lineamentos gerais	259
10.2. Tutela cautelar geral (<i>poder geral de cautela</i>) e tutela cautelar específica	261
10.3. Medida cautelar fiscal	263
10.3.1. Definição e requisitos.....	263
10.3.2. Indisponibilização do patrimônio de terceiro (corresponsabilidade tributária em cautelar fiscal)	265
10.3.3. Competência (e subordinação).....	266
10.3.4. Cautelar fiscal preparatória	268
10.3.5. Procedimento	270
10.3.6. Eficácia da medida cautelar fiscal no tempo ..	272
10.4. Cautelaridade relacionada à defesa.....	273
<i>Em suma</i>	280

CAPÍTULO 11

EXECUÇÃO FISCAL EM CONFRONTO COM

OUTRAS CATEGORIAS PROCESSUAIS

TRIBUTÁRIAS

11.1. Processualidade tributária exacional e antiexacional	283
11.2. As diversas possibilidades processuais tributárias antiexacionais e o conceito de <i>positivação</i>	286

PAULO CESAR CONRADO

11.3. O momento em que a atuação processual se celebra como critério de determinação do tipo antiexaciona- nal.....	290
11.4. Modos antiexacionais de processualidade: uma vi- são geral.....	291
11.5. Primeiro confronto: ação preventiva (declaratória ou mandado de segurança) e execução fiscal	293
11.6. Segundo confronto: ação judicial repressiva (anula- tória ou mandado de segurança) e execução fiscal..	294
11.7. Terceiro confronto: repetição e execução fiscal	295
11.8. Quarto confronto: processo administrativo e execu- ção fiscal	296
11.9. O art. 38 da Lei n. 6.830/80.....	302
11.10. Recuperação judicial e execução fiscal.....	307
<i>Em suma</i>	313

CAPÍTULO 12

EXECUÇÃO FISCAL E PRESCRIÇÃO

12.1. Prescrição, “prescrição fiscal” e prescrição tributária	315
12.2. “Prescrição fiscal” e seu termo inicial.....	316
12.3. Prescrição intercorrente.....	317
12.4. Cognoscibilidade <i>ex officio</i> da prescrição intercor- rente	319
12.5. O art. 2º, parágrafo 3º, da Lei n. 6.830/80	321

EXECUÇÃO FISCAL

12.6. Prescrição (e decadência) em relação às contribuições previdenciárias (arts. 45 e 46 da Lei n. 8.212/91).....	326
12.7. A contagem da prescrição em nível tributário: da inscrição ao despacho	326
12.8. A contagem da prescrição intercorrente	337
<i>Em suma</i>	339

CAPÍTULO 13

**FORMAS “PARALELAS” DE SATISFAÇÃO DO
CRÉDITO FAZENDÁRIO**

13.1. Introdução.....	343
13.2. A compensação instituída pela Emenda Constitucional n. 62/2009	344
13.3. Execução fiscal administrativa	350
13.4. O protesto da Certidão de Dívida Ativa	359
<i>Em suma</i>	362
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	365